

The devil is in the details

Howard Bilton, founder of The Sovereign Group, discusses Golden Visa changes, the end of the NHR status, and tax efficiency in Portugal

Howard Bilton, fundador do Grupo Sovereign, fala sobre as alterações ao visto "gold", o fim do estatuto de RNH e a eficiência fiscal em Portugal

TEXT **ALEXANDRA STILWELL**

Portugal became a fashionable destination over the last decade. The country earned top travel awards, and special programmes and tax schemes were created to attract new residents and investors. Many rushed to Portugal to grab the Non-habitual Resident (NHR) status, guaranteeing they would be tax-exempt for 10 years. However, a lot has changed since then, and this attractive status is no longer available to newcomers. The same goes for the Golden Visas. Once an excellent opportunity for those looking to invest in Portugal and bagging themselves a passport in the process, this advantageous programme has also changed.

To clarify the current situation, *Essential Algarve* spoke to Howard Bilton, Chairman and Founder of The Sovereign Group, one of the world's largest privately owned consultancies, which, on top of many other services, assists aspiring residents with visa applications and ongoing tax and accounting. A qualified Barrister, Howard Bilton is a proud Yorkshireman, art collector, wine producer, and philanthropist. The multifaceted man started his company in Gibraltar in 1987 and expanded to Portugal in 1990, opening an office in the Algarve.

Much has evolved since then. Today, The Sovereign Group employs 600 people in 20 jurisdictions. In Portugal, he explains that their services have "morphed more into an accountancy practice, in which [they] act as fiscal representatives for many thousands of people, look after the filing of their tax returns, and give them tax advice". They also do some planning for Brits living in Portugal "because there's often a lingering liability to UK inheritance tax, which many don't realise". He explains that Brits are still liable to

Portugal tornou-se um destino da moda na última década. O País ganhou prestigiados prémios de turismo e foram criados programas e regimes fiscais especiais para atrair novos residentes e investidores. Muitos correram para Portugal para obter o estatuto de Residente Não Habitual (RNH), que lhes garantia isenção de impostos durante dez anos. No entanto, muito mudou desde então, e este estatuto aliciente já não está disponível para novos residentes. E o mesmo se pode dizer dos vistos "gold" (*Golden Visa* em inglês). Em tempos uma excelente oportunidade para quem pretendia investir em Portugal e obter um passaporte no processo, este vantajoso programa também mudou.

Para esclarecer a situação atual, a *Essential Algarve* falou com Howard Bilton, presidente e fundador do Grupo Sovereign, uma das maiores empresas privadas de consultoria do mundo, que, entre muitos outros serviços, presta assistência a aspirantes a residentes com pedidos de visto, contabilidade e impostos subsequentes. Um advogado qualificado, Howard Bilton orgulha-se das suas origens em Yorkshire, no norte da Inglaterra. É também colecionador de arte, produtor de vinhos e filantropo. Este homem multifacetado criou a sua empresa em Gibraltar em 1987 e expandiu-se para Portugal em 1990, onde abriu um escritório no Algarve.

Desde então, muito evoluiu. Atualmente, o Grupo Sovereign emprega 600 colaboradores em 20 regiões. Em Portugal, explica que os seus serviços «se transformaram mais numa firma de contabilidade, sendo responsáveis pela representação fiscal de milhares de pessoas, pelo preenchimento das suas declarações tributárias e aconselhamento fiscal». Para os britânicos que vivem em Portugal, também ajuda com um planeamento fiscal, «porque muitas vezes permanece uma sujeição ao imposto sobre herança do Reino Unido, que muitos desconhecem». O consultor explica que os britânicos ainda estão sujeitos ao imposto sobre herança do Reino Unido, exceto se não tiverem sido residentes no Reino Unido durante 10 anos fiscais.

Tal como muitas empresas especializadas em Portugal, na última década, a Sovereign tem acompanhado processos de candidatura aos vistos "gold". Recentemente, este regime vantajoso sofreu várias alterações.

Ainda é possível candidatar-se ao Golden Visa?

«Ainda é possível obter um Golden Visa, mas já não se consegue fazê-lo através do investimento em imobiliário, que era a via mais comum», explica Howard. Hoje em dia, «é possível obtê-lo investindo meio milhão de euros num fundo autorizado, o que é muito mais simples».

A grande vantagem do Golden Visa é o facto de o detentor poder mantê-lo mesmo que permaneça apenas sete dias por ano em Portugal. Os outros tipos de visto exigem 180 dias de permanência em Portugal e, ao fim de cinco anos, permitem ao seu titular solicitar a nacionalidade portuguesa. «É altamente desejável para quem quer ficar no seu país e ter direito a um



HOWARD BILTON
STARTED HIS COMPANY
IN GIBRALTAR IN 1987





©SOVEREIGN ART FOUNDATION

LAUNCHED IN HONG KONG IN 2003, THE SOVEREIGN ART FOUNDATION IS A NON-PROFIT ORGANISATION THAT PROMOTES CONTEMPORARY ART TALENT THROUGH ITS INTERNATIONAL ART PRIZES, WHILST RAISING FUNDS FOR VARIOUS CHARITABLE PROGRAMMES

UK inheritance tax unless they have not been resident in the UK for 10 tax years.

Like many professional firms in Portugal, Sovereign became involved in Golden Visa applications over the last decade. Recently, this advantageous scheme underwent various changes.

Can you still apply for a Golden Visa?

“The ability to get a Golden Visa still exists, but you can no longer obtain it by investing in property, which was the most popular route,” explains Howard. These days, “you can get it by investing half a million euros in an authorised fund, which is much simpler”.

The Golden Visa’s great advantage is that it can be maintained by spending only seven days a year in Portugal. Other forms of visa require 180 days of residency in Portugal, and after five years, it makes the holder eligible to apply for Portuguese nationality. “It’s highly desirable for those who want to remain in their own country and qualify for a passport without moving. So, for those who fear what will happen politically in their country, such as China, South Africa, and anywhere where there is instability. It’s for people who want the ability to live in the EU if they want to but don’t necessarily want to do it now.”

In a nutshell, the Golden Visa isn’t a product required or suitable for people who want to live in Portugal. There are better and easier ways to obtain a visa. “You can apply for an employment visa, a retirement visa, a D1, D3, D7 and all sorts of different visas that don’t require that level of investment.”

Is it a “fast track” to Portuguese nationality?

It is undoubtedly the most flexible route. The Golden Visa is the only visa that enables you to qualify for nationality without living

passaporte sem se deslocar. Portanto, adequa-se àqueles que têm medo do futuro político do seu país, como a China, a África do Sul, ou qualquer sítio onde haja instabilidade. É para pessoas que querem ter a possibilidade de viver na União Europeia, se quiserem, mas não para já.»

Resumindo, o Golden Visa não é uma modalidade necessária ou adequada para quem quer viver em Portugal. Há formas melhores e mais fáceis de obter um visto para este fim. «É possível pedir um visto de trabalho, um visto para reformados, um D1, D3, D7 e todo o tipo de vistos que não requerem um nível de investimento tão elevado.»

É uma “via rápida” para a nacionalidade portuguesa?

É, sem dúvida, a via mais flexível. O Golden Visa é o único visto que permite obter nacionalidade sem viver a maior parte do tempo em Portugal. «Todos os outros vistos exigem a permanência em Portugal durante seis meses do ano. Por isso, o Golden Visa distingue-se pela ausência desse requisito», destaca Howard.

E o estatuto de RNH?

«O RNH nunca foi um estatuto de imigração. É um estatuto fiscal a que se pode candidatar se vem viver para Portugal e não foi residente fiscal cá nos cinco anos fiscais anteriores», explica o consultor. E para aqueles que o obtiveram, Howard deixa um aviso: «Muitas pessoas que obtiveram o estatuto de RNH não planejaram muito bem as coisas e estão prestes a ter algumas surpresas desagradáveis. O problema do RNH é que está sujeito a uma condição: apenas os rendimentos que tenham sido tributados (ou estejam sujeitos a tributação) noutra jurisdição estão isentos de impostos. Caso contrário, são tributados em Portugal à taxa normal, que pode ir até 48%.» No entanto, exceto em circunstâncias muito restritas, este regime já não está disponível para os novos residentes que se queiram candidatar agora.

most of your time in Portugal. “All other visas carry the condition of residing in Portugal for six months of the year. Therefore, the Golden Visa is distinguished by the absence of that requirement,” highlights Howard.

What about the NHR status?

“The NHR never was an immigration status. It’s a tax status you can apply for if you come and live in Portugal and have not been a tax resident in Portugal in the previous five tax years,” the consultant explains. And for those who did get it, Howard has a few words of warning: “Many people who obtained NHR status, haven’t planned things very well and are about to get some nasty surprises. The issue with the NHR is that there is a condition attached to it: only income which has been taxed (or is liable to tax) in another jurisdiction is tax-free. Otherwise, it’s taxed in Portugal at the normal rate of up to 48%.” However, apart from very restricted circumstances, it is no longer generally available to new residents applying now.

Without tax exemption status, how can you be tax-efficient in Portugal?

“As we all know, to be competitive in business, you need to keep your costs down, and your major costs are rent, salaries and tax. So, if you’re inefficient in any of those, you can’t compete and are likely to go out of business. So, tax planning isn’t just a nicety. It’s a necessity,” insists Howard. “Many people here have offshore accounts in Switzerland or the traditional offshore islands of Jersey, Guernsey and Hong Kong where wealthy people traditionally bank. And their income, which is generated on that, and their capital gains, are tax-free. However, in Portugal, this untaxed income and gains are taxable. The law says that you must declare your total worldwide income and then claim an exemption for any income that isn’t taxable in Portugal because it has been subject to or taxed in another place. So, judicially, the desired plan would be to set up a structure in Cyprus or Malta, where there is a little bit of tax payable, and Portugal has not blacklisted the jurisdiction.”

What must be declared on Portuguese tax returns?

When dealing with the Portuguese tax authorities (AT), dot your i’s and cross your t’s. “If there is one institution in Portugal that is quite efficient and clued up, it’s the tax department,” warns Howard. “Many people are aware of this but choose to ignore it and are not filing a proper tax return declaring this [offshore income], assuming that’ll be ok. But it won’t. Because there’s a piece of legislation the world applies called the Common Reporting Standard, CRS for short. That means that every financial institution in the world that is banking for a Portugal resident automatically reports details of that account to Portugal,” he explains.

“Another widely held belief was that the AT would leave NHR status holders alone,” says Howard. “However, we’re already seeing ‘NHRs’ having their tax return questioned and, quite often, with details of what they haven’t declared. The traditional way the AT pursues people is by telling them their tax return is inaccurate and asking them to file an amended one declaring all their income, without telling them what they found out. The wisest thing to do is to declare the lot. Otherwise, it becomes a criminal matter. It becomes tax evasion rather than avoidance,” he warns. “It’s not quite as straightforward as people believe.” ■

Sem o estatuto de isenção fiscal, como é que se pode ser eficiente do ponto de vista fiscal em Portugal?

«Como todos sabemos, para ser competitivo no mundo dos negócios, é necessário manter os custos baixos, e os principais custos são a renda, os salários e os impostos. Por isso, se formos ineficientes em qualquer um destes aspetos, não podemos competir e é provável que acabemos por fechar as portas. Por isso, o planeamento fiscal não é apenas um pormenor. É uma necessidade», sublinha Howard. «Muitas pessoas aqui têm contas *offshore* na Suíça ou nas tradicionais ilhas *offshore* de Jersey, Guernsey e Hong Kong, onde os mais abastados costumam depositar o seu dinheiro. Os rendimentos, que são gerados nestas contas, e as mais-valias estão isentos de impostos. No entanto, em Portugal, estes rendimentos e mais-valias são tributáveis. A lei diz que tem de declarar a totalidade dos rendimentos, obtidos em Portugal e no estrangeiro, e depois pedir uma isenção para qualquer rendimento que não seja tributável em Portugal por ter sido sujeito a tributação ou tributado noutro local. Assim, do ponto de vista judicial, o plano ideal seria criar uma estrutura em Chipre ou Malta, onde se paga menos impostos, e numa jurisdição que não conste na “lista negra” de Portugal.»

O que deve ser declarado nas declarações fiscais portuguesas?

Quando estiver a lidar com a autoridade tributária portuguesa (AT), coloque “todos os pontos nos i’s”. «Se há uma instituição em Portugal que é bastante eficiente e bem informada, são as Finanças», adverte Howard. «Muitos sabem disto, mas optam por ignorar e não preenchem devidamente uma declaração de IRS declarando os rendimentos *offshore*, assumindo que não há problema. Mas não é assim, porque há uma norma internacional chamada de Common Reporting Standard, ou CRS. Isso significa que todas as instituições financeiras do mundo que fazem operações bancárias para um residente em Portugal comunicam automaticamente os dados dessa conta a Portugal», explica.

«Outra ideia generalizada era que a AT não iria atrás dos titulares do estatuto de RNH», afirma Howard. «No entanto, já estamos a ver os detentores deste estatuto a serem questionados sobre as suas declarações fiscais e, muitas vezes, com informações pormenorizadas sobre o que não declararam. A forma tradicional como a AT aborda as pessoas é dizendo-lhes que a sua declaração de IRS está incorreta e pedindo-lhes que apresentem uma declaração alterada com todos os seus rendimentos, sem lhes dizer o que descobriram. Por isso, o mais sensato é declarar tudo. Caso contrário, torna-se num procedimento criminal; passa a ser evasão fiscal e não fuga ao fisco», avisa. «Não é tão simples como as pessoas pensam.» ■

